

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA – CAMPUS SERTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA NATHIELY SILVA LIMA

**EVOLUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO SERTÃO DE ALAGOAS
POR GRUPOS ÉTNICOS E SOCIOECONÔMICOS: UMA ANÁLISE COM BASE
NOS DADOS DOS CENSOS 2000 E 2010**

Santana do Ipanema
2017

ANA NATHIELY SILVA LIMA

**EVOLUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO SERTÃO DE ALAGOAS
POR GRUPOS ÉTNICOS E SOCIOECONÔMICOS: UMA ANÁLISE COM BASE
NOS DADOS DOS CENSOS 2000 E 2010**

Monografia apresentada para aprovação do Trabalho de Conclusão como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos

Santana do Ipanema

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Polo Santana do Ipanema
Responsável: Tatiana Beatriz L. de Alcântara

L732e Lima, Ana Nathiely Silva.
Evolução de indicadores educacionais no sertão de Alagoas por grupos étnicos e socioeconômicos: uma análise com base nos dados do censo 2000 e 2010 / Ana Nathiely Silva Lima..

f.55.:II

Orientadora: Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas)-
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2017.

Bibliografia: f.54-55 .

1. Educação. 2. Indicadores educacionais. 3. Sertão de Alagoas. I. Título

CDU:330

ANA NATHIELY SILVA LIMA

EVOLUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO SERTÃO DE ALAGOAS
POR GRUPOS ÉTNICOS E SOCIOECONÔMICOS - UMA ANÁLISE COM BASE
NOS DADOS DOS CENSOS 2000 E 2010

Monografia submetida ao corpo docente do
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Alagoas – UFAL/
Campus Sertão - Unidade Acadêmica de
Santana do Ipanema e aprovada no dia 23 de
maio de 2017.

Anderson Moreira Aristides dos Santos

Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos
(Orientador)

Banca Examinadora:

Anderson David Gomes dos Santos

Prof. MSc. Anderson David Gomes dos Santos (UFAL)
(Examinador)

Cristiano da Silva Santos

Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos (UFAL)
(Examinador)

À minha filha, Maria Elisa, minha razão de viver e principal motivação para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pela graça de estar concluindo esta árdua jornada, pela realização deste trabalho, por sempre estar ao meu lado me fazendo capaz e realizando constantemente o impossível em minha vida. A Ele toda honra e toda a glória!

Aos meus amados pais José Cícero de Lima e Ana Lucia da Silva Lima e aos meus irmãos Ana Nathaly e Lucas Nathan, por sempre estarem ao meu lado, me apoiando em todas as minhas decisões e escolhas.

Ao meu querido esposo Marcio Reis, por todo apoio, paciência e incentivo, me encorajando sempre a não desistir diante das dificuldades.

Ao Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos, meu orientador, pelo apoio na elaboração deste trabalho, bem como, pela paciência, atenção, incentivo, por estar disposto sempre em ajudar e apontar alternativas aos problemas que surgiram durante a execução deste trabalho e principalmente por não ter desistido de mim.

Aos amigos inesquecíveis que conquistei durante todo o curso, em especial Urbano Santos, Caik Lima, Cássio Jorge, Damião Oliveira e Pedro Augusto, por não terem me negado nunca ajuda e estarem sempre à disposição quando mais precisei. Sem dúvida, foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

A todos os professores e colegas de classe, pelos conhecimentos transmitidos, os quais contribuíram para o meu aprendizado e crescimento profissional e que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

A todos, meu muito obrigada!

"A alfabetização é para o homem fator principal de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para sociedade, instrumento privilegiado de progresso econômico e de desenvolvimento".

Papa Paulo VI

RESUMO

A educação é uma das dimensões consideradas mais importantes para o desenvolvimento de um país ou de uma determinada região, é através dela que se pode alcançar melhor qualidade de vida, melhor nível de renda e obter conseqüentemente um progresso. Nas últimas décadas, houve melhorias no nível educacional do Brasil, de Alagoas e também do Sertão Alagoano. Assim, este trabalho tem o objetivo de apontar a evolução dos indicadores educacionais do sertão alagoano e como ela ocorre por grupos étnicos e socioeconômicos, buscando estabelecer uma comparação da evolução desses indicadores, nessa mesorregião, com as outras duas regiões do estado, no período de 2000 a 2010. A base disponível para esta análise é o Censo Demográfico. Os resultados do estudo mostram que houve uma evolução bastante significativa no Sertão, comparando-se às outras regiões no período analisado. Os indicadores mostram que a população está tendo mais acesso à escola, apesar dos níveis ainda serem baixos, principalmente entre os indivíduos do sexo masculino, cor/raça negra ou parda, que se localizam na zona urbana e são não-pobres. Assim, o Sertão é a região onde se encontra a maior parte da população alagoana que não é alfabetizada e que não possui níveis de ensino completos. Necessitando, portanto, de uma atenção especial ou um cuidado redobrado por parte do governo local e do estado.

Palavras-chave: Educação. Indicadores educacionais. Sertão de Alagoas.

ABSTRACT

Education is one of the most important dimensions for a country development or one specific region, through this, it is possible to reach a better quality of life, improve income and thereafter get progress. In the few last decades, there were improvements in the education levels of Brazil, Alagoas and its "Sertão". Therefore, this analyzation work has its objective of analyzing evolution of the education's indexes in the Sertão Alagoano and how it works by ethnic and socioeconomic groups, in order to make analyze about its resemblance of these indexes, in this mesoregion, to compare with other regions of the state among the 2000 to 2010 years. The available base for this analyze is the demographic census. The study results show one meaningful evolution in the "Sertão", comparing itself to other regions in the same period. The indexes show one improvement in education's access by the population although the low levels, mainly among the males and black people localized in urban zone and not-poor people. Thus, Sertão is the region where the majority unalphabetized people are living at. Requiring, so, especial attention by the state government.

Keywords: Education. Education's indexes. Sertão of Alagoas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentam a escola por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	29
Gráfico 2 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentam a escola por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	30
Gráfico 3 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentam a escola por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	31
Gráfico 4 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentam a escola por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	32
Gráfico 5 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	34
Gráfico 6 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	35
Gráfico 7 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	36
Gráfico 8 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino com fundamental completo por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	37
Gráfico 9 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	38
Gráfico 10 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	39
Gráfico 11 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	40
Gráfico 12 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	41

Gráfico 13 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	42
Gráfico 14 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	43
Gráfico 15 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	44
Gráfico 16 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	45
Gráfico 17 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	47
Gráfico 18 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	48
Gráfico 19 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.....	49
Gráfico 20 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As 4 microrregiões do Sertão Alagoano e seus 26 municípios26

Quadro 2 – Indicadores utilizados para análise da evolução da educação27

LISTA DE ABREVIATURAS / SIGLAS

FETEMS	Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
OMS	Organização Mundial e Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO NO BRASIL	16
2.1 Sistema Educacional Brasileiro	16
2.2 Evidências Empíricas	17
2.2.1 Evolução dos Indicadores Educacionais do Brasil.....	17
2.2.2 Efeito da Educação Sobre a Renda	20
2.2.3 Efeito da Educação Sobre a Saúde.....	23
3 METODOLOGIA	26
4 ANÁLISE E RESULTADOS	28
4.1 Indicadores Educacionais do Sertão de Alagoas	28
4.1.1 Taxa de Frequência Escolar das Crianças de 6 a 7 anos.....	28
4.1.1.1 Gênero: Feminino/Masculino.....	28
4.1.1.2 Cor/Raça	29
4.1.1.3 Localidade.....	30
4.1.1.4 Pobre/Não-Pobre	31
4.1.2 Proporção de Adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental Completo	32
4.1.2.1 Gênero: Feminino/Masculino.....	33
4.1.2.2 Cor/Raça	34
4.1.2.3 Localidade.....	35

4.1.2.4 Pobre/Não-Pobre	36
4.1.3 Proporção de Indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental Completo	37
4.1.3.1 Gênero: Feminino/Masculino.....	38
4.1.3.2 Cor/Raça	39
4.1.3.3 Localidade	40
4.1.3.4 Pobre/Não-Pobre	41
4.1.4 Proporção de Indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio Completo	41
4.1.4.1 Gênero: Feminino/Masculino.....	42
4.1.4.2 Cor/Raça	43
4.1.4.3 Localidade	44
4.1.4.4 Pobre/Não-Pobre	45
4.1.5 Proporção de Indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos	46
4.1.5.1 Gênero: Feminino/Masculino.....	46
4.1.5.2 Cor/Raça	47
4.1.5.3 Localidade.....	48
4.1.5.4 Pobre/Não-Pobre	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A educação é considerada uma das dimensões mais importantes para o desenvolvimento de um país ou de uma determinada região, é através dela que se pode almejar melhor qualidade de vida, melhor nível de renda e obter, conseqüentemente, um progresso pessoal, sendo a escolarização o meio mais prudente de se alcançá-la.

De acordo com Castro (2009):

A educação, tendo como uma de suas formas de atuação mais importantes a escolarização, é um fator capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como previsto na Constituição de 1988. Quando disseminada de forma universal é um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. É, ainda, mais importante em situações de alta desigualdade, quando então ganha maior relevo a responsabilidade do poder público. (Castro, 2009, p. 674)

Para se ter conhecimento a respeito do nível educacional da população de uma determinada localidade são utilizados os indicadores educacionais, pois é um mecanismo importante de gestão que possibilita aos poderes públicos e privados uma visão geral dos índices que são fundamentais para a tomada de decisão, proporcionando, desta forma, as melhorias cabíveis para as situações que se encontram com baixa qualidade.

Este trabalho poderá ser útil para futuras consultas e estudos sobre a educação do Sertão Alagoano, pois proporcionará dados de diversos indicadores, tais como: a frequência de crianças à escola, adolescentes de 15 a 17 anos e indivíduos de 18 anos ou mais com ensino fundamental e médio completo e proporção de analfabetos de 18 anos ou mais, sendo todos estes analisados por sexo, cor/raça, localização urbana e rural e pobres e não-pobres. Diante disso, a principal questão a ser investigada é: Como ocorreu a evolução dos indicadores educacionais no Sertão Alagoano nos últimos anos por grupos étnicos e socioeconômicos?

Desta forma, o objetivo deste trabalho é apontar a evolução dos indicadores educacionais no Sertão Alagoano e como ela ocorre por grupos étnicos e socioeconômicos, buscando estabelecer uma comparação da evolução dos

indicadores educacionais do Sertão Alagoano com as demais regiões do estado, no período de 2000 a 2010.

A hipótese seguida aqui é de que houve uma evolução positiva dos índices da educação do Sertão, principalmente no que se refere ao maior acesso dos negros ou pardos e dos menos favorecidos às escolas e à redução do índice de analfabetismo.

Este trabalho está dividido em 5 capítulos, a começar por esta introdução. O capítulo 2 faz uma revisão da literatura referente ao sistema educacional brasileiro, evolução dos indicadores educacionais do Brasil e de como a educação se relaciona ou interfere na renda e na saúde. O capítulo 3 mostra a metodologia da pesquisa, descrevendo os indicadores que serão analisados. Em seguida, o capítulo 4 apresenta a análise dos resultados da evolução dos indicadores educacionais do Sertão Alagoano. E, por fim, no capítulo 5 são apresentadas as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesta seção será apresentada uma revisão sobre alguns aspectos referentes à educação brasileira. Iniciando com uma breve explanação do sistema educacional, seguido de algumas evidências empíricas relacionadas ao tema.

2.1 Sistema Educacional Brasileiro

A educação é um dos setores considerados mais importantes para o desenvolvimento de um país ou de uma determinada região, é através dela que se pode almejar melhor qualidade de vida, melhor nível de renda e obter, conseqüentemente, um progresso pessoal, sendo a escolarização o meio mais prudente de se alcançá-la, (CASTRO, 2009).

Nas últimas décadas, no Brasil, vem aumentando cada vez mais o número de pessoas que tem frequentado as escolas e que tem elevado o seu nível de instrução, isso devido às inúmeras transformações que a educação brasileira vem sofrendo que mesmo assim ainda não foram suficientes para que se atingisse o patamar necessário de uma educação de qualidade (SCHWARTZMAN et. al, 1993).

Segundo o Relatório Educação Para Todos no Brasil 2000-2015 (2014), de acordo com o Art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o sistema educacional brasileiro compreende os seguintes níveis de ensino:

- Educação Básica:
 - I - Educação Infantil (creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos);
 - II - Ensino Fundamental (ou primeiro grau, de 6 a 14 anos);
 - III - Ensino Médio (ou segundo grau, de 15 a 17 anos)
- Educação Superior:
 - I - Graduação;

II – Pós-graduação (mestrado e doutorado)

Schwartzman et. al (1993) afirmam que na educação básica o Ensino Fundamental é de caráter obrigatório e compete ao poder público à promoção do ensino de forma que abranja toda a demanda, é de responsabilidade do mesmo promover creches e pré-escolas para aqueles que delas necessitam, bem como aumentar cada vez mais o acesso ao Ensino Médio e manter as universidades com formação de qualidade.

Os autores afirmam ainda que, toda a educação pública, de acordo com a Constituição, é de caráter totalmente gratuito e proporciona aos estudantes menos favorecidos financeiramente um amparo através de merenda escolar, material didático, transporte e serviços de saúde. Cabe também ao poder público, a oferta de ensino para jovens e adultos para todos aqueles que não frequentaram a escola durante o período de idade correta, assim como a promoção de educação e atendimento às crianças especiais.

Para obter êxito e ter um bom funcionamento, segundo Schwartzman et. al (1993), o sistema educacional é organizado de forma que as responsabilidades da educação pública são divididas entre as esferas dos governos federal, estadual e municipal. É do governo federal a responsabilidade essencial para com o Ensino Superior e também é sua função fazer o repasse dos recursos disponíveis para os demais níveis. Os governos estaduais são incumbidos de fornecer os níveis fundamental e médio, enquanto que os governos municipais se encarregam também do ensino fundamental, mas sobretudo da educação infantil.

2.2 Evidências Empíricas

2.2.1 Evolução dos indicadores educacionais do Brasil

Mesmo havendo ainda muitos desafios a serem superados para garantir um verdadeiro progresso no país, o Brasil nos últimos anos vem avançando cada vez mais no que se refere à educação. De acordo com uma análise feita em 2013 pela FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul),

entre os anos de 1991 e 2010, este foi um dos fatores que mais evoluiu no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos municípios analisados.

Este avanço que coloca o Brasil entre os três países que mais alavancaram na educação e ganharam destaque no Pisa 2009, segundo Bruns et. al (2010), se dá devido às políticas e reformas que foram implantadas no sistema educacional e também pelo fato de o país ter criado o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), um indicador próprio que faz com que sejam estabelecidas as metas para que o país chegue ao mesmo patamar que os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos).

De acordo com Carvalho (2015), as metas estabelecidas pelo programa Todos Pela Educação para serem cumpridas até o ano de 2022 contribuíram bastante para a evolução do nível de escolaridade do Brasil, deixando ainda uma expectativa de um futuro esperançoso de melhorias concretas na educação.

Essas metas se resumem em apenas cinco, mas que garantem um avanço significativo como um todo no setor educacional, são elas: 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2. Que toda criança esteja plenamente alfabetizada até os 8 anos, ou seja, até 2022 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; 4. Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos; e 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido. O cumprimento destas metas, ainda segundo Carvalho (2015) será o sucesso da educação brasileira, porém requer uma boa qualidade de ensino, que é uma realidade que ainda não existe no conjunto da educação do Brasil.

Segundo Castro (2009), houve melhorias no que se refere à acessibilidade a todos os níveis e modalidades de ensino, porém a baixa escolaridade média e a desigualdade ainda são problemas considerados graves:

No Brasil, mais recentemente, ocorreram avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental. No entanto, ainda é um grave problema a baixa escolaridade média da população e a desigualdade permanente, o que mantém na pauta das discussões a necessidade da universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área. (Castro, 2009, p. 674)

Para Castro (2009), a evolução e as desigualdades que ainda existem na educação do Brasil precisam ser identificadas. A primeira, por um indicador que é muito utilizado internacionalmente para mostrar a realidade da educação de determinado país, que é a média de escolaridade de indivíduos de 15 anos ou mais. Utiliza-se um novo indicador chamado de hiato educacional que possibilita saber quantos anos de estudo, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta, analisa também a questão do analfabetismo e qualifica o acesso à escolarização. A segunda é identificada através da análise dos indicadores por renda, localização, raça ou cor e sexo, comparando o acúmulo de escolarização de ricos e pobres.

Os avanços alcançados são mostrados através de números por meio desses indicadores. Varela (2008) afirma que a utilização destes é de fundamental importância para mostrar a sociedade e ao governo em números reais a situação em que se encontra a educação brasileira, para que sejam feitos planejamentos que atendam verdadeiramente a demanda como um todo, garantindo a todos uma vida com dignidade.

De acordo com Veloso (2011), os indicadores educacionais no Brasil vêm evoluindo desde a década de 1990 e foi a partir dessa época que se iniciou o processo de universalização do ensino fundamental e expansão do ensino médio. O autor afirma que a qualidade da educação brasileira ainda é muito baixa e que se faz necessário uma reforma no sistema educacional para melhorar o aprendizado.

Segundo Varela (2008), o projeto educacional brasileiro tem dois propósitos, sendo um de garantir que todos tenham acesso à escola e o outro de promover um ensino de qualidade que faça com que os indivíduos sejam preparados para todos os tipos de situações do cotidiano, como também a convivência em sociedade, e não apenas ler e escrever. Combater o analfabetismo é, segundo Varela, o ponto de partida para a realização deste projeto.

O Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 (2014) aponta que, com base nos dados do IBGE, a taxa de analfabetismo funcional entre os anos 2001 e 2012 da população de 15 anos ou mais reduziu de 27,3% (2001) para 18,3% (2012) e que a taxa de alfabetização aumentou apenas de 87,6% (2001) para 91,3% (2012).

Varela (2008) mostra que o analfabetismo funcional está em 22,2% da sociedade brasileira, sendo um fator muito preocupante, pois além de prejudicar o desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, mostra que a qualidade de ensino apenas não é suficiente, precisa-se também de implantar uma cultura que façam com que se adequem as necessidades da sociedade, pois este tipo de analfabetismo retrata a ausência de habilidades em cálculos, ciências, leitura e escrita.

Portanto, em geral, de acordo com essa literatura, mesmo havendo avanços consideráveis na educação brasileira, o desafio ainda é muito grande, dado a desvantagem relativa que o país possui em seus indicadores educacionais.

2.2.2 Efeito da educação sobre a renda

A educação é uma das formas mais evidentes de ascensão social. De acordo com Mincer (1974) e Oaxaca (1973) apud Pons (2007), a diferença da renda entre os habitantes de uma determinada nação é definida através da educação já que ela é um dos principais fatores que explica a diferença da produtividade na força de trabalho.

Zimmer (2011) afirma que os estudos realizados nas últimas décadas apontam que a educação realiza um papel fundamental na atividade econômica de um país e que existe uma correlação positiva entre a escolaridade média da população e a renda *per capita*. Segundo Zimmer, as pessoas que possuem níveis mais elevados de estudo ficam menos tempo afastadas do mercado de trabalho, além de ocuparem os melhores cargos recebem também os melhores salários. Desta forma, a educação não se limita apenas como determinante de renda futura dos indivíduos, mas também de crescimento e desenvolvimento do país.

Barbosa Filho e Pessôa (2010) apontam que Schultz é o primeiro autor que afirma ser a educação o maior investimento do indivíduo, que produz capital humano, capital este que não pode ser vendido, mas que gera valor econômico. Os autores afirmam que, para Schultz, o aumento de capital humano justifica o aumento de renda de determinada sociedade e que os países pobres não crescem devido ao

pouco capital humano que possuem, pois esta é a maior limitação de investimento em capital físico.

Segundo Zimmer (2011), não existe nenhum país com elevado crescimento econômico que seja negligente com a educação, podendo desta forma aumentar o nível da educação de jovens e adultos para se obter uma melhoria na renda. O autor cita também que, de acordo com um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2006, a economia brasileira no início dos anos 90 foi marcada pelo aumento do grau de exigência das empresas por escolarização, atingindo assim maior parte da força de trabalho.

Ainda de acordo com essa pesquisa do IPEA, citada por Zimmer (2011), atualmente, o indivíduo que possui um diploma universitário pode alcançar com a sua força de trabalho o dobro dos rendimentos daqueles que não possuem escolaridade. Desta forma, ele afirma: “Assim, a mobilidade no mercado de trabalho e a conseqüente diferença salarial ocorrem em função do desenvolvimento de diferentes habilidades e do grau de conhecimento adquirido” (ZIMMER, 2011, p. 21).

A educação, de acordo com Helene (2015), também é um dos fatores que explicam os problemas de desigualdade social e concentração de renda, partindo do ponto de vista que quanto maior for a renda familiar de um indivíduo mais anos de estudos e acesso à educação de boa qualidade ele terá e, conseqüentemente, um futuro financeiro garantido.

Salvato, Ferreira e Duarte (2010) afirmam que no Brasil há uma grande desigualdade de renda entre as regiões, principalmente entre a região Sudeste e as regiões Norte e Nordeste, sendo a educação a alternativa mais evidente a este problema. A baixa renda *per capita* que predomina nas regiões Norte e Nordeste é um dos frutos que resultam da concentração de pessoas com baixa escolaridade, que fazem com que tenham renda pequena.

Desta forma, é coerente a afirmação de Helene (2015) de que existe um círculo vicioso interminável, onde os filhos dos pobres são mal escolarizados, passam poucos anos na escola e ocupam funções pouco remuneradas e os seus filhos passarão pelo mesmo dilema; enquanto que os filhos dos ricos são bem

escolarizados, ocupam cargos bem remunerados e ofertarão para os seus filhos educação à altura de sua renda.

De acordo com Helene (2015), o rompimento deste círculo é fundamental, dependente tão somente da própria educação, ou seja, de políticas públicas para que haja a melhoria no ensino, mais investimentos financeiros e meios que possibilitem oportunidades aos desfavorecidos, pois a renda melhora à medida que o grau de instrução também melhora.

Esta forma de combate à concentração de renda vem surtindo efeito no Brasil. A educação tem sido o principal motivo do aumento da renda dos menos favorecidos, como aponta Neri (2008):

De 2001 a 2009, a renda cresceu 49,52% no grupo dos 20% mais pobres, contra 8,88% dos 20% mais ricos – uma vantagem acumulada de 40,63% para a base da população. Se forem considerados apenas os avanços proporcionados pela educação na renda dos brasileiros, o contraste é ainda maior: a renda da população mais pobre cresceu 55,6% contra 8,12% dos mais favorecidos. (Neri, 2008)

Para cada ano de estudo ocorre em média um aumento de 15% na renda do trabalhador brasileiro, porém os jovens estudantes do Brasil ainda não tem noção da importância da educação para suas vidas e rendimentos futuros e acredita que ainda há muito a se trabalhar para que haja essa conscientização de forma eficaz, para que fique claro que a educação é um ótimo investimento mediante o prêmio a ser recebido no futuro (NERI, 2008).

Neri (2011) afirma também que no Nordeste a renda da população elevou-se 41,8%, enquanto que no Sudeste o aumento foi de apenas 15,8%, devido à melhoria da qualidade da educação na região.

Uma pesquisa elaborada por Sabbatini (2007) com base nos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ano 2000, sobre renda e educação no Brasil, mostra que de uma população de 169 milhões de habitantes, existia um total de 50 milhões de analfabetos e semi-analfabetos.

A pesquisa aponta que no ranking socioeconômico, o Brasil ocupa a 65ª posição com relação ao PIB *per capita* e a 117ª em distribuição de renda. Sabbatini (2007) conclui, assim, que a renda *per capita* é altamente dependente do nível

educacional e que este precisa ser seguido do acesso ao emprego para se obter um crescimento econômico.

2.2.3 Efeito da educação sobre a saúde

É notório que as áreas da educação e da saúde estão estreitamente correlacionadas no que se refere a serviço público e ao direito do cidadão. Ambas deveriam andar de mãos dadas, pois são dependentes uma da outra. Elas se correlacionam não apenas enquanto políticas públicas, mas sobretudo, na influência do bom funcionamento que uma causa na outra e quando são bem investidas desde o início da vida do cidadão, lhe proporciona qualidade de vida no futuro (TEMPORÃO, 2012).

Qualidade de vida também é sinônimo de saúde, conforme indica Sigerist (1941, p. 45), apud Rangel (2009, p. 62): “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença e de enfermidade”. Rangel (2009) destaca que a qualidade de vida é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um fator essencial para ser abordado em todas as áreas de conhecimento e para ser relacionada a todos os contextos gerais da sociedade, inclusive com a educação.

O cotidiano mostra fatos bem nítidos no que se refere à relação entre saúde e educação. De acordo com Machado (2005), quando as crianças têm uma boa saúde física e alimentar se desempenham com mais facilidade na escola, obtendo um aprendizado expressivo e afluente e se desenvolvem mais rapidamente, tornando-se, conseqüentemente, bons profissionais após a vida estudantil.

Por outro lado, segundo Machado (2005), a escola poderia alavancar os indicadores da saúde fornecendo para os alunos informações claras e práticas de uma boa higienização e dicas nutricionais de forma que eles possam colocar em prática não somente na escola, mas sobretudo em suas casas. Desta forma, obteria um resultado positivo no que diz respeito à saúde, pois quanto mais permanecessem na escola mais vida saudável teriam e, conseqüentemente, bem mais escolarizados. Ainda segundo Machado (2005, p. 68):

Há uma parte da literatura que investiga as interligações existentes entre indivíduos mais escolarizados e mais saudáveis. Os efeitos da educação podem ser diretos, via melhor eficiência na produção e na alocação de recursos para a saúde (GROSSMAN, 1972) ou, simplesmente porque indivíduos mais escolarizados também são mais sadios, devido a fatores genéticos ou porque têm preferências em investir mais no seu capital humano (BERGER; LEIGH, 1989; AHLBURG, 1998).

A saúde no início da vida da criança também influencia na idade correta da entrada à escola, principalmente em regiões onde o nível de precariedade é mais elevado, como é o caso do Nordeste e das zonas rurais, pois entende-se que a saúde é resultante da alimentação, da habitação, da renda e do meio ambiente em que se vive. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) apud Santos (2012), quando a criança entra na escola leva consigo os hábitos e comportamentos corretos ou incorretos herdados da família e cabe, portanto, à escola, o papel da conscientização e o fornecimento de elementos que contribuam para que o aluno adote um estilo de vida mais saudável.

Santos (2012) afirma ainda que a saúde é responsabilidade de todos e deve fazer parte do dia a dia escolar assim como todas as disciplinas e para que isso aconteça é necessário que se coloque em evidência a importância da mesma em todas as fases da vida escolar.

Cabe salientar, que, para Diniz (2012), o conceito de saúde é muito amplo, pois existem vários fatores e motivos para que um indivíduo seja saudável e esta amplitude tem que ser passada para o aluno através da escola, mas que não fique apenas nela e sim, que ultrapassem os muros e cheguem aos mais marginalizados, pois a saúde promove a cidadania.

Diniz (2012, p. 32) afirma ainda que:

Essencial para o encaminhamento de uma ação participativa e criadora dos alunos e, para trabalhar efetivamente a saúde na escola, é a realização de cursos de atualização para professores, com vistas ao aperfeiçoamento de sua eficiência pedagógica e ampliação de sua visão da questão da saúde nos seus múltiplos aspectos.

A formação neste sentido para os profissionais da educação se faz necessária, porque segundo Santos (2012) é uma questão para ser tratada com prioridade, mas que acaba passando despercebido tanto pelos professores quanto pelos livros didáticos e sendo colocado para os alunos de forma superficial, como se

a saúde se resumisse apenas em higiene e alimentação, sendo esta última uma contradição dentro da própria instituição de ensino.

A promoção da educação para a saúde em meio escolar deve-se constituir em um processo em permanente desenvolvimento contribuindo para a aquisição de competências dos alunos permitindo-lhes construir um projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis. A promoção da educação para a saúde na escola tem, também, como missão criar ambientes facilitadores dessas escolhas e estimular o espírito crítico para o exercício de uma cidadania ativa. (Santos, 2012, p. 5).

Nesta seção, portanto, buscou-se tão somente, mostrar a importância da educação *per si*, bem como, a sua relação com importantes dimensões que são a renda e a saúde.

Logo, essas seções de referencial teórico e empírico indicaram a importância da educação como determinante da renda em nível individual e macroeconômico, além de explicar parte da desigualdade existente e indicadores de saúde. Apesar das melhorias nos níveis educacionais, o Brasil ainda apresenta grandes desafios.

3 METODOLOGIA

Para alcançar a finalidade deste trabalho, que é a análise da evolução dos indicadores educacionais do sertão de Alagoas por grupos étnicos e socioeconômicos ocorrida no período entre os anos 2000 e 2010. Faz-se necessária uma apuração de dados mais detalhados por região, sendo utilizados os Censos Demográficos referentes aos anos mencionados.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico é um levantamento de dados minucioso sobre a população que é realizado a cada dez anos pelo próprio instituto. Os censos são a única forma de conhecer a verdadeira realidade da população brasileira, são feitos em todos os municípios e em suas demais particularidades (zonas rural e urbana, distritos, etc.), sendo analisados todos os domicílios.

Foram pesquisados no censo do ano 2000 um total de 54.265.618 domicílios e em 2010 foram recenseados 67,6 milhões de domicílios, sendo analisados em cada um, todos os indicadores socioeconômicos. Para a realização do presente trabalho, serão considerados apenas alguns indicadores educacionais do estado de Alagoas, tabulados por mesorregiões para que sejam feitas comparações da evolução do Sertão com as demais regiões.

As regiões estão divididas em mesorregiões: Sertão, Agreste e Leste. A mesorregião do Sertão é composta por 4 microrregiões e 26 municípios como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – As 4 microrregiões do Sertão Alagoano e seus 26 municípios.

Microrregiões	Municípios
Alagoana do Sertão do São Francisco	Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado e Piranhas.
Batalha	Batalha, Belo Monte, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores e Olivença
Santana do Ipanema	Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço

	das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.
Serrana do Sertão Alagoano	Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande e Pariconha.

Fonte: Adaptado de IBGE, 2017.

Os grupos foram formados de acordo com: sexo (masculino/ feminino), cor (branco/negro e pardo), localidade (urbano/rural), situação financeira (pobre/ não-pobre). O indivíduo foi considerado pobre quando sua renda domiciliar *per capita* era inferior a R\$ 140,00 reais do ano de 2010. Essa linha de pobreza correspondia ao limiar utilizado no Programa Bolsa Família.

As variáveis de interesse foram escolhidas com base no dicionário compatibilizado do Censo e estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores utilizados para análise da evolução da educação

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Frequência Escolar	Percentual de crianças de 6 a 7 anos que frequentaram a escola, por grupos: sexo; cor/raça; localidade e situação financeira.
Conclusão da Educação Básica	Avaliar a população de 15 anos ou mais que concluiu os níveis fundamental e médio, por grupos: sexo; cor/raça; localidade e situação financeira.
Taxa de Analfabetismo	Percentual da população em idade ativa de 18 anos ou mais que não sabem ler e nem escrever, por grupos: sexo; cor/raça; localidade e situação financeira.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

4.1 Indicadores educacionais do Sertão de Alagoas

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise de alguns indicadores educacionais por grupos étnicos e socioeconômicos.

4.1.1 Taxa de frequência escolar das crianças de 6 a 7 anos

A taxa de frequência escolar é o indicador que é utilizado para mostrar a quantidade de alunos que estão matriculados na escola.

Neste caso, o indicador está sendo utilizado para medir o percentual de crianças de 6 a 7 anos que estão tendo acesso à escola no Estado de Alagoas, em suas diferentes classes sociais, raças, cores e etnias.

4.1.1.1 Gênero: feminino/masculino

O gráfico 1 apresenta as taxas de frequência escolar de crianças de 6 a 7 anos por gênero, nos anos 2000 e 2010, nas regiões do estado de Alagoas.

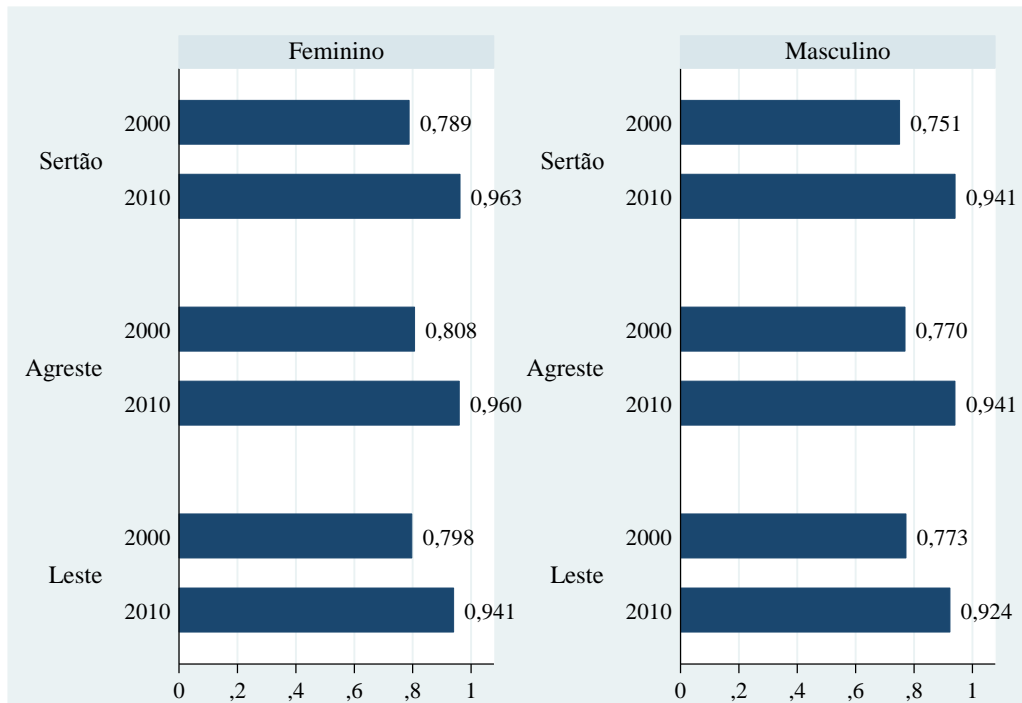
Pode ser observado que em todas as regiões houve um aumento no percentual de frequência escolar. O Sertão era a região que tinha o menor percentual de frequências no ano 2000, sendo do gênero feminino 78,9% e do gênero masculino 75,1%, passando em 2010 para 96,3% o feminino e 94,1% o masculino, tornando assim a região com o maior percentual.

A região Leste, por sua vez, foi a região que obteve o menor percentual em 2010, tendo a taxa de frequência feminina de 94,1% e a masculina de 92,4%.

Nota-se também que, tanto no ano 2000 quanto em 2010, as frequências de ambos os sexos foram proporcionais, porém o percentual de frequência do gênero feminino é maior do que o do masculino nas três regiões e assim permanece mesmo

com a evolução do indicador em 2010. Entretanto, cabe destacar que as diferenças entre os sexos são pequenas.

Gráfico 1 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentam a escola por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

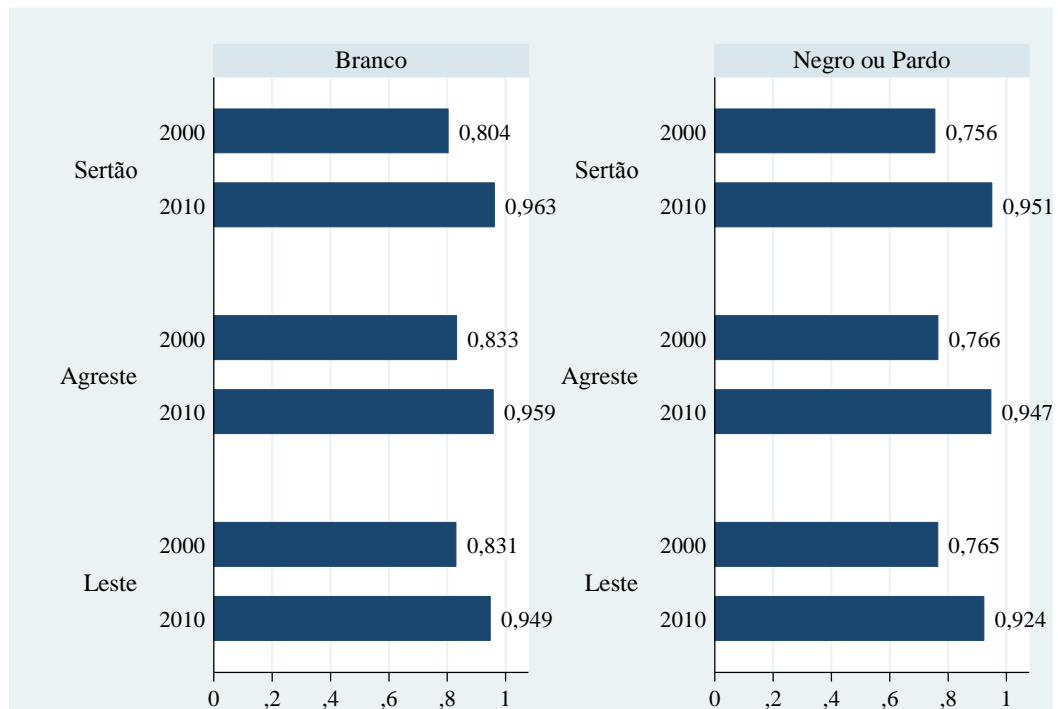
4.1.1.2 Cor/raça

No gráfico 2, são apresentadas as taxas de frequência escolar de crianças de 6 a 7 anos por cor/raça nos anos 2000 e 2010 nas regiões do Estado de Alagoas.

Neste gráfico foi constatado um aumento das taxas de frequência de brancos e negros ou pardos em todas as regiões, sendo que o Sertão era a região que obtinha o menor percentual de frequência escolar de brancos (80,4%) e negros ou pardos (75,6%) no ano 2000, mas em 2010 passou a ser a região com o maior percentual, sendo brancos (96,3%) e negros ou pardos (95,1%).

Observa-se que o aumento nesse indicador foi maior para as crianças negras ou pardas em todas as regiões, apesar de ainda haver uma pequena diferença favorável às crianças brancas.

Gráfico 2 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentam a escola por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

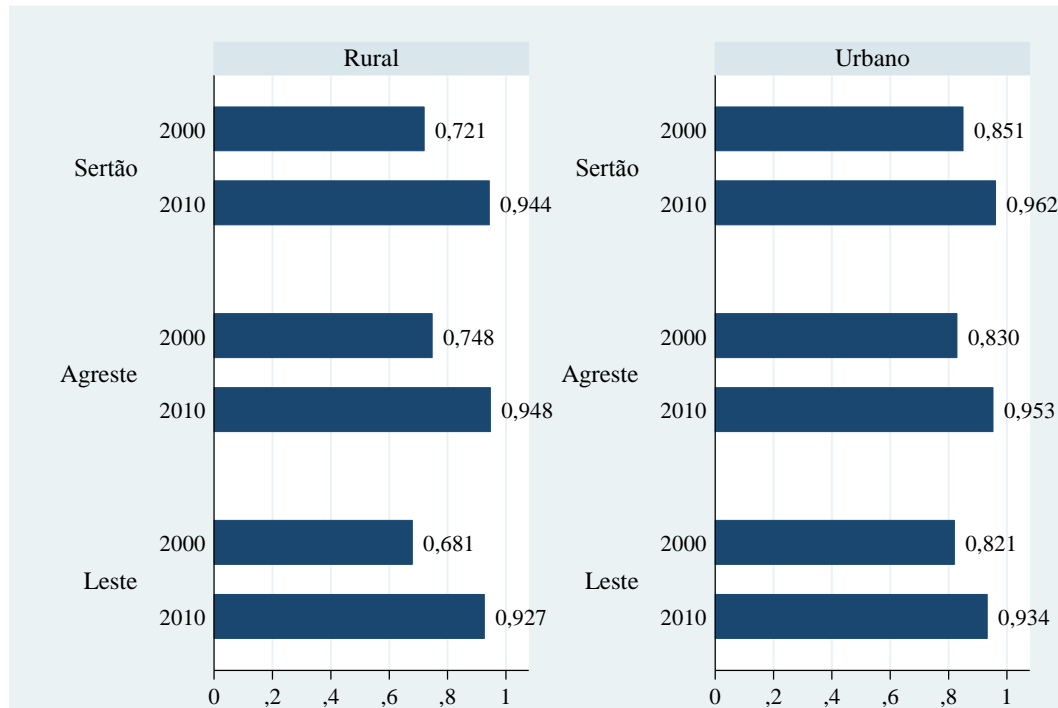
4.1.1.3 Localidade

O gráfico 3 apresenta as taxas de frequência escolar das crianças de 6 a 7 anos por localização rural e urbana nas regiões de Alagoas em 2000 e em 2010.

Neste gráfico pode ser observado que houve um aumento na frequência escolar das crianças nas duas localidades e em todas as regiões. Esse aumento se deu em proporção maior na zona rural do que na zona urbana, ocorrendo uma equalização entre os indicadores dessa áreas. No ano 2010, as diferenças nos indicadores eram pequenas tanto para as áreas urbana/rural como por mesorregião.

A proporção de crianças que frequentavam a escola em 2000 na região do Sertão eram 72,1% na zona rural e 85,1% na zona urbana, enquanto que em 2010 o percentual aumenta para 94,4% na zona rural e para 96,2% na zona urbana.

Gráfico 3 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentaram a escola por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.1.4 Pobre/não-pobre

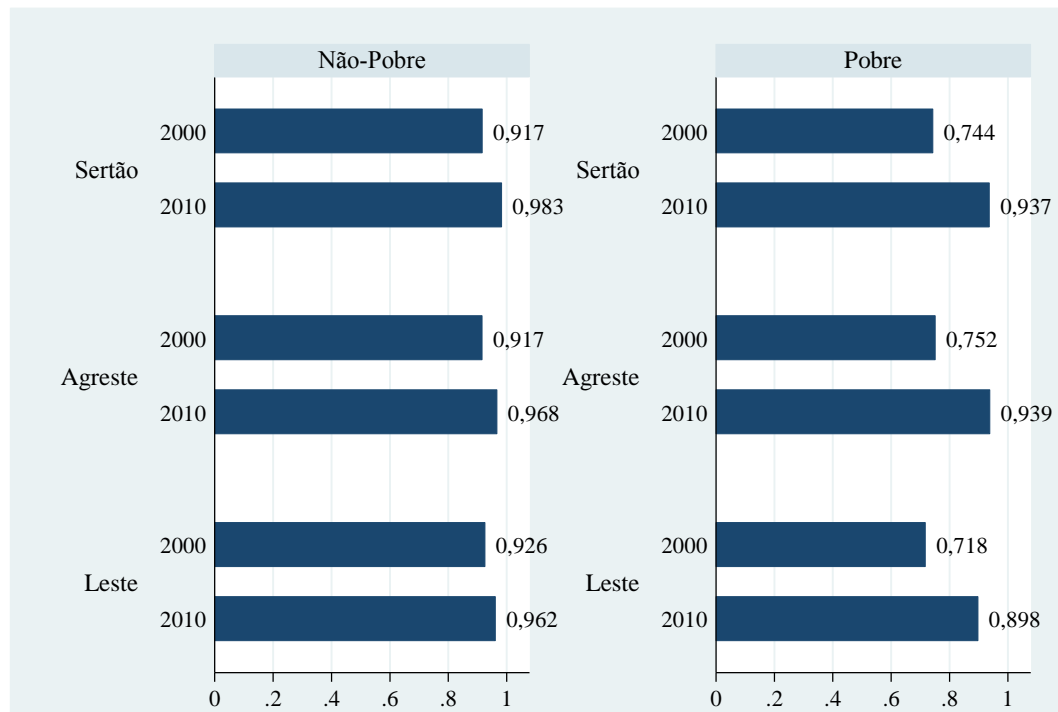
O gráfico 4 mostra o percentual de crianças de 6 a 7 anos pobres e não-pobres que frequentaram a escola em Alagoas nos anos de 2000 e 2010.

Pode ser observado através desse gráfico que houve um aumento de percentual tanto das crianças não-pobres quanto das pobres que frequentam a escola, em todas as regiões, sendo que a proporção dessa elevação foi maior entre as crianças pobres.

Os dados mostram que, apesar de todas as regiões terem tido um aumento de frequência nas duas modalidades em 2010, as crianças pobres continuam tendo menos acesso à escola do que as crianças não-pobres.

No ano 2000, a região Leste foi a que tinha o maior percentual de crianças não-pobres na escola, com um total de 92,6%, enquanto que em 2010 foi a região que obteve o menor percentual nesta modalidade. Com relação às crianças pobres, o Leste foi a região em que elas tiveram menos acesso, sendo 71,8% em 2000 e 89,8% em 2010.

Gráfico 4 – Proporção de crianças de 6 a 7 anos que frequentaram a escola por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.2 Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo

A proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo é o indicador que expõe em números a quantidade de indivíduos com essa faixa etária que conseguiram concluir este nível de ensino.

O Ensino Fundamental, como já foi citado neste trabalho, compreende idealmente as idades de 6 a 14 anos, tornando assim de grande importância a análise desse indicador para se ter o conhecimento da proporção da população com a faixa etária acima dessa média que possui este grau de instrução completo nas diferentes regiões do Estado de Alagoas.

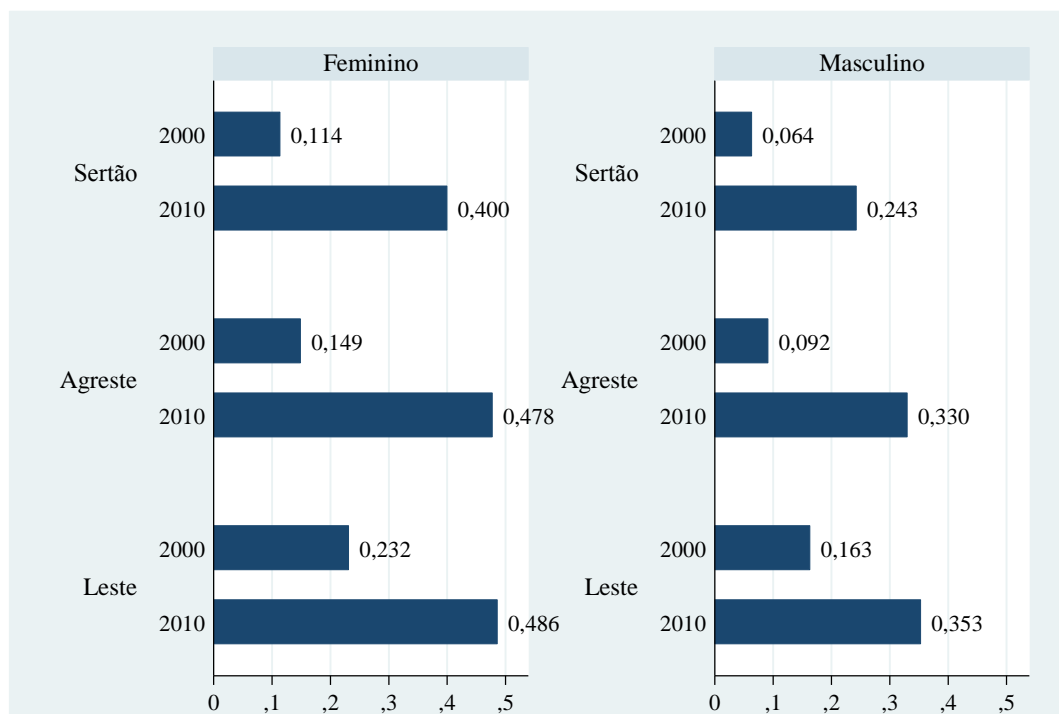
4.1.2.1 Gênero: feminino/masculino

O gráfico 5 apresenta a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo em Alagoas, nos anos de 2000 e 2010, por sexo.

É possível notar, através desse gráfico que houve uma evolução significativa, de 2000 para 2010, de adolescentes com grau de fundamental completo em ambos os sexos, porém, de acordo com os dados, o indicador para o sexo feminino em relação ao masculino foi maior em nível de variação.

No que se refere às regiões, observa-se que, a parte sertaneja obteve os menores índices nos anos analisados, sendo o sexo feminino 11,4% (2000) e 40% (2010), o masculino, 6,4% (2000) e 24,3% (2010). Enquanto que a região Leste obteve os maiores percentuais, sendo o sexo feminino 23,2% (2000) e 48,6% (2010) e o masculino, 16,3% (2000) e 35,3% (2010).

Gráfico 5 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo por sexo nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

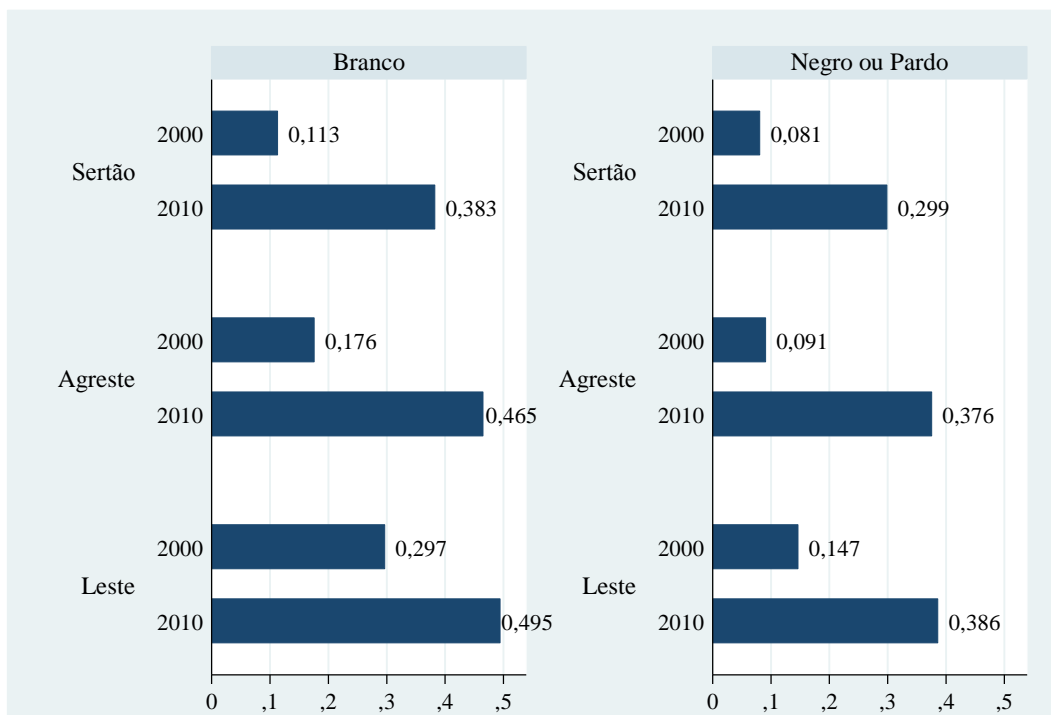
4.1.2.2 Cor/raça

O gráfico 6 mostra a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com fundamental completo por cor/raça nas diferentes regiões de Alagoas, nos anos 2000 e 2010.

Os dados apontam que, apesar da evolução do indicador nos anos analisados, a maior proporção de adolescentes com o nível fundamental completo são de cor/raça branca e se concentram mais na região Leste do Estado de Alagoas, 29,7% em 2000 e 49,5% em 2010. Esta mesma região também lidera com o maior percentual da cor/raça negros ou pardos, 14,7% em 2000 e 38,6% em 2010.

Em contrapartida, a região do Sertão obteve os menores percentuais em ambos os anos, sendo a cor/raça branca 11,3% em 2000 e 38,3% em 2010 e a cor/raça negra/parda 8,1% em 2000 e 29,9 em 2010.

Gráfico 6 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo por cor/raça nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.2.3 Localidade

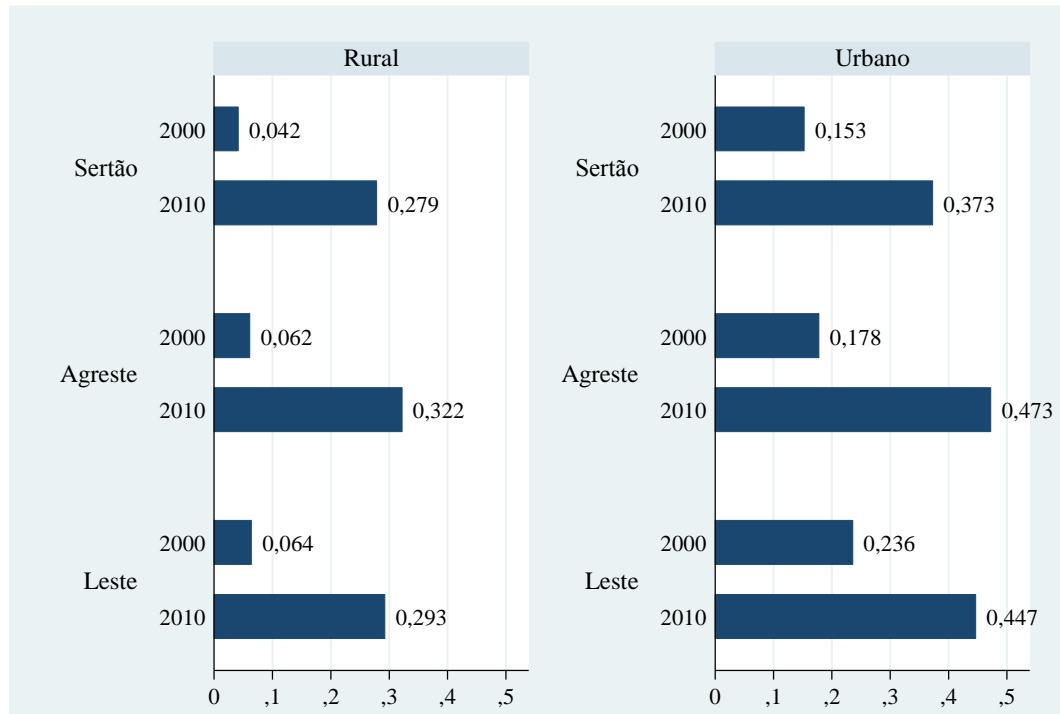
O gráfico 7 expõe a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que possuem o nível fundamental completo em Alagoas por localidade rural e urbana, nos anos de 2000 e 2010.

É possível notar através desse gráfico que a proporção nas duas localidades aumentou significativamente, principalmente na área rural. Sendo que a região do Sertão possuía os menores percentuais de adolescentes com nível fundamental completo no ano 2000, rural 4,2% e urbano 15,3%. Em 2010, mesmo com a evolução desse indicador, o Sertão continuou com os menores percentuais, comparado às demais regiões, sendo 27,9% rural e 37,3% urbano.

A região Leste, por sua vez, obtinha os maiores percentuais de adolescentes com fundamental completo em Alagoas no ano 2000, na zona rural eram 6,4% e na zona urbana 23,6%. Em 2010, essa posição foi ocupada pela região do Agreste com 32,2% a zona rural e 47,3% a zona urbana.

Em geral, pode-se perceber que, os adolescentes que possuem esse nível de instrução nestas três regiões do estado de Alagoas, encontram-se em sua maioria na zona urbana.

Gráfico 7 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo por localidade nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.2.4 Pobre/não-pobre

O gráfico 8 mostra a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos pobres e não/pobres que possuem o Ensino Fundamental completo nos anos de 2000 e 2010, no Estado de Alagoas.

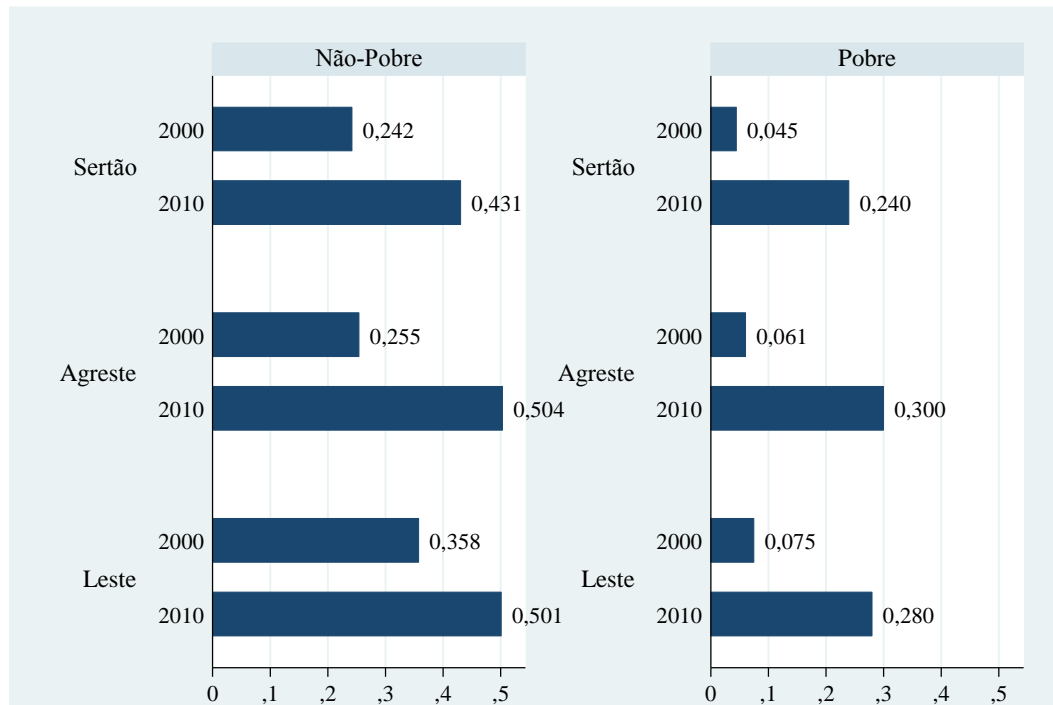
Neste gráfico, pode ser observado que houve uma evolução deste indicador em todas as mesorregiões do estado de Alagoas, do ano 2000 para o ano 2010. É possível notar que a proporção de adolescentes pobres com Ensino Fundamental completo em 2010 é maior que a dos não-pobres nas mesorregiões Sertão e Agreste.

A região Leste obteve os maiores percentuais, em 2000 os adolescentes não-pobres correspondiam a 35,8% e os pobres a 7,5%. Em 2010, a região Agreste passou a ter os maiores índices, sendo os não-pobres com 50,4% e os pobres com 30%.

Em contrapartida, a região do Sertão obteve nos dois anos analisados os menores percentuais comparados às demais regiões, em 2000 a porcentagem de não-pobres era de 24,2% e a de pobres de 4,5%, e em 2010 a porcentagem de não-pobres era de 43,1% e a de pobres 24%.

Os dados, em sua totalidade apontam que a maior parte de adolescentes de 15 a 17 anos que possuem o Ensino Fundamental completo no estado de Alagoas estão enquadrados no grupo de não-pobres.

Gráfico 8 – Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.3 Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo

A proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo é o indicador que é utilizado para se ter o conhecimento da quantidade de pessoas que estão entrando ou já estão na fase adulta, que possuem este nível de ensino.

Aqui, cabe saber, portanto, o percentual de indivíduos que possuem esta formação nas regiões do Estado de Alagoas nos anos de 2000 e 2010, por sexo, cor/raça, localidade e posição social.

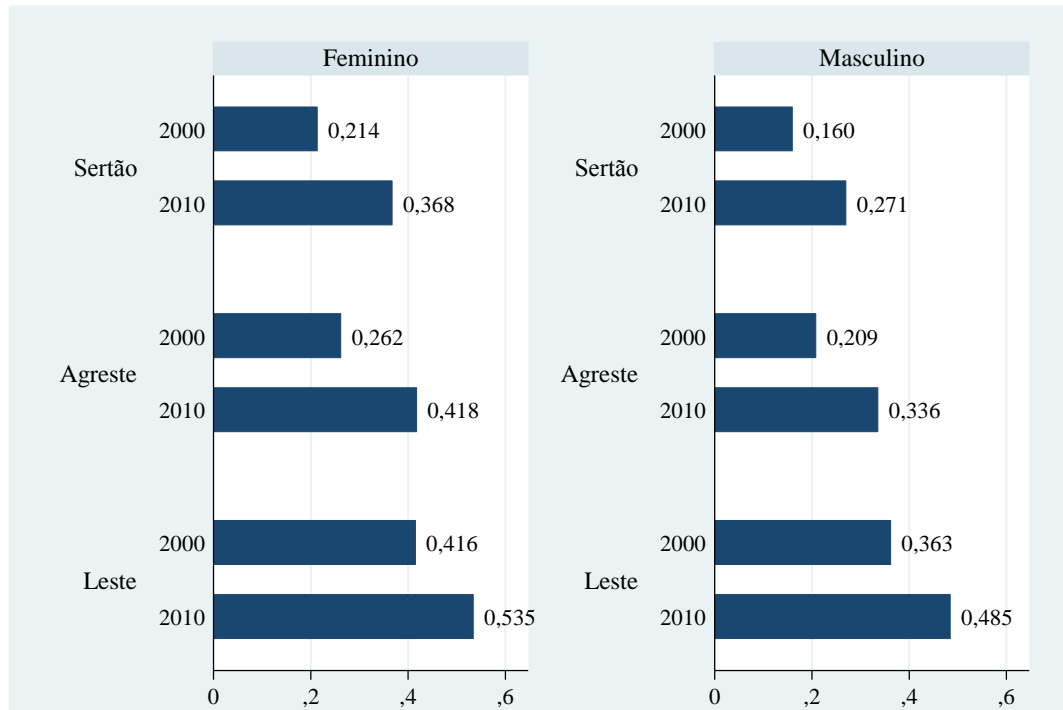
4.1.3.1 Gênero: feminino/masculino

O gráfico 9 compreende a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que possuem o ensino fundamental completo, por sexo, nos anos 2000 e 2010.

É possível observar que, o crescimento dos percentuais de ambos os sexos em todas as regiões foi proporcional e que os indivíduos do sexo feminino são os que mais possuem o nível fundamental.

A região Leste lidera com os maiores percentuais tanto em 2000, com 41,6% feminino e 36,3% masculino, quanto em 2010, com 53,5% feminino e 48,5% masculino. Enquanto que, a região que detém o a menor quantidade de pessoas com 18 anos ou mais com nível fundamental completo é o Sertão, sendo em 2000, 21,4% feminino e 16% masculino e em 2010, 36,8% feminino e 27,1% masculino.

Gráfico 9 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

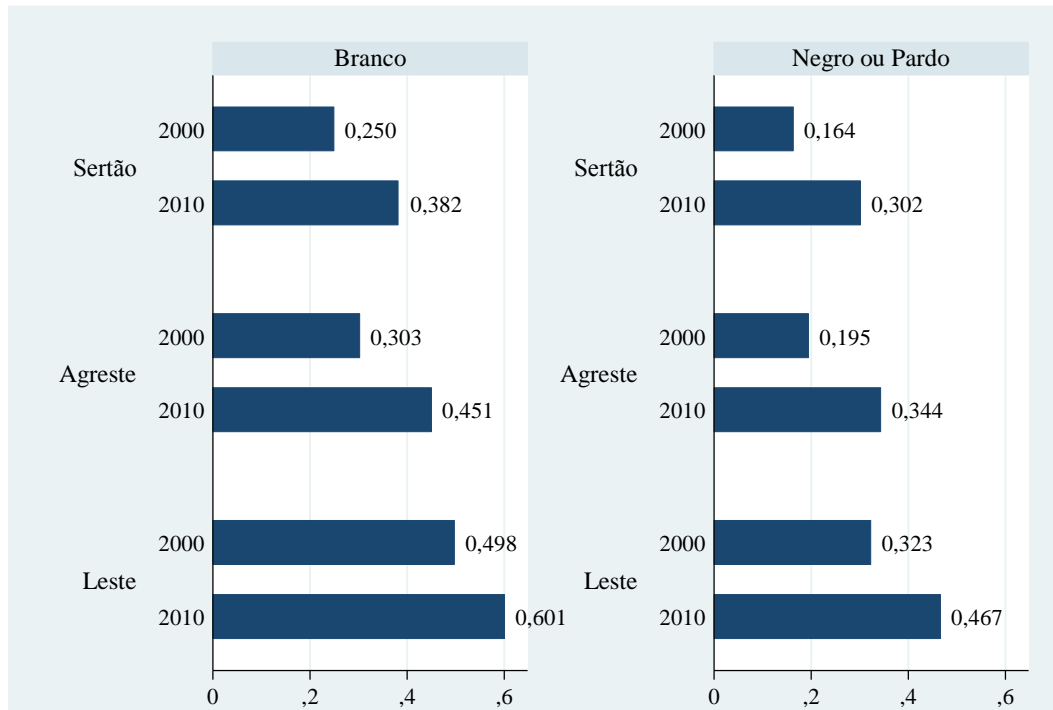
4.1.3.2 Cor/raça

O gráfico 10 retrata a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que possuem o Ensino Fundamental completo por cor/raça, nas diferentes regiões de Alagoas, nos anos 2000 e 2010.

A princípio, observa-se a evolução deste indicador, do ano 2000 para o ano 2010, em todas as regiões, tanto de brancos quanto de negros ou pardos. Nota-se também que em Alagoas os jovens de 18 anos ou mais que têm o fundamental completo são de cor/raça branca.

Os brancos possuem maior percentual em ambos os anos na região Leste, sendo 49,8% e 60,1%, respectivamente. Enquanto que os negros ou pardos possuem os menores percentuais na região do Sertão, com 16,4% e 30,2%, respectivamente.

Gráfico 10 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.3.3 Localidade

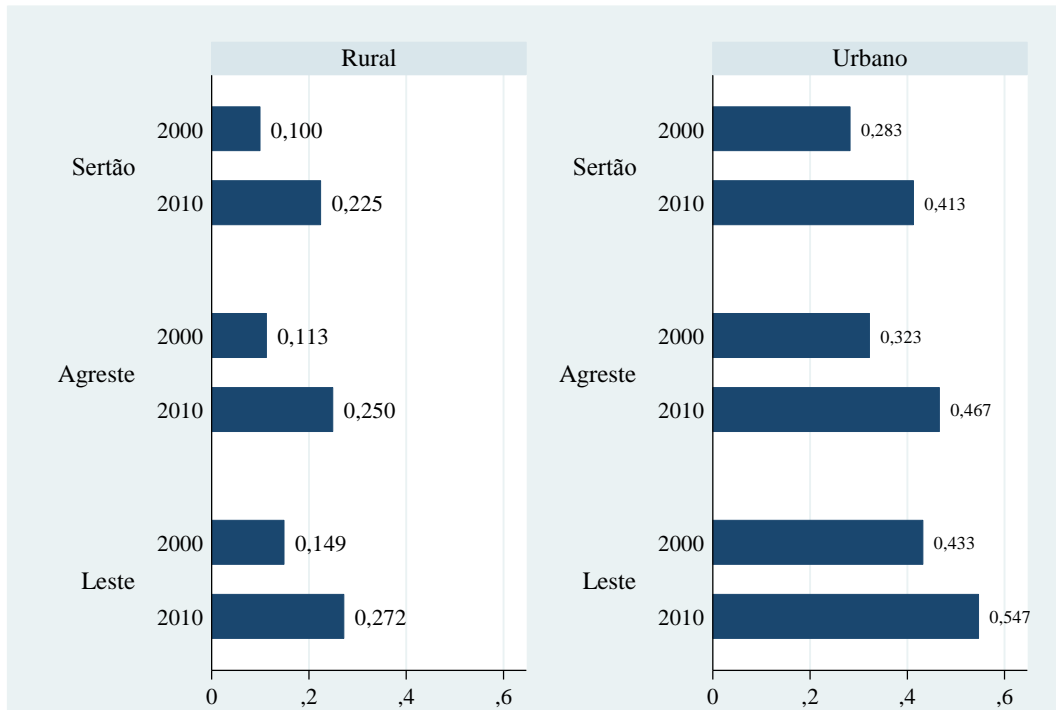
O gráfico 11 apresenta a proporção de indivíduos das diferentes regiões de Alagoas, com 18 anos ou mais que possuíam o Ensino Fundamental completo, nos anos de 2000 e 2010.

Analisando os dados é possível perceber que houve uma evolução deste indicador, por localidades, nas três regiões alagoanas, mas que há uma ampla diferença de proporções entre a zona rural e a zona urbana, tendo em vista que a maior parte da população que tem 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo concentra-se na zona urbana.

O Sertão, por sua vez, obteve os menores percentuais em ambas as localidades nos dois anos analisados, sendo 10% (2000) e 22,5% (2010) referentes à zona rural, e 28,3% (2000) e 41,3% (2010) referentes à zona urbana.

Em contrapartida, o Leste obteve os mais percentuais nas modalidades e anos analisados, zona rural 14,9% (2000) e 27,2% (2010) e zona urbana 43,3% (2000) e 54,7% (2010).

Gráfico 11 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



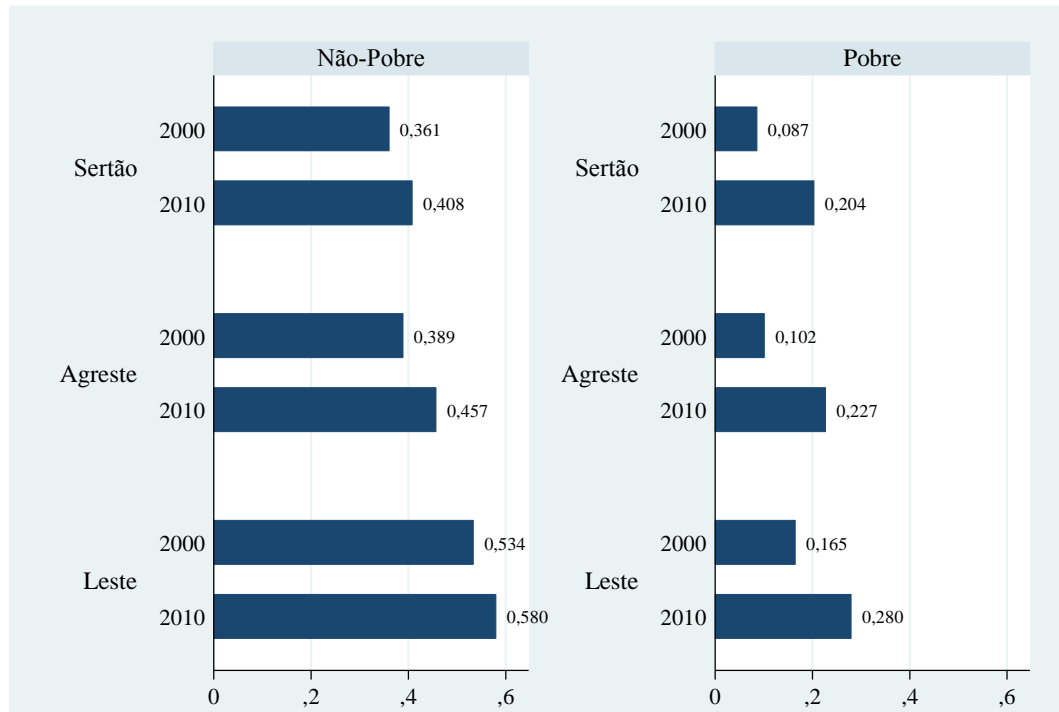
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.3.4 Pobre/não-pobre

O gráfico 12, mostra a proporção de jovens de 18 anos pobres e não-pobres que possuem o Ensino Fundamental completo em Alagoas, nos anos de 2000 e 2010.

Ademais, observa-se que a maior parte de jovens que possuem o nível fundamental completo pertence ao grupo de não-pobres e o Sertão obteve os menores percentuais nos dois anos e grupos analisados, sendo não-pobres 36,1% (2000) e 40,8% (2010) e pobres 8,7% (2000) e 20,4% (2010).

Gráfico 12 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.4 Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo

O indicador denominado proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo é necessário para se ter uma média proporcional da população, pertencente ao grupo da maior idade, que possui o nível médio completo.

No presente trabalho, esse indicador será utilizado para medir a quantidade de alagoanos de 18 anos ou mais que concluiu este nível de formação nos anos de 2000 e 2010, por sexo, cor/raça, localidade e posição social, nas regiões Sertão, Agreste e leste.

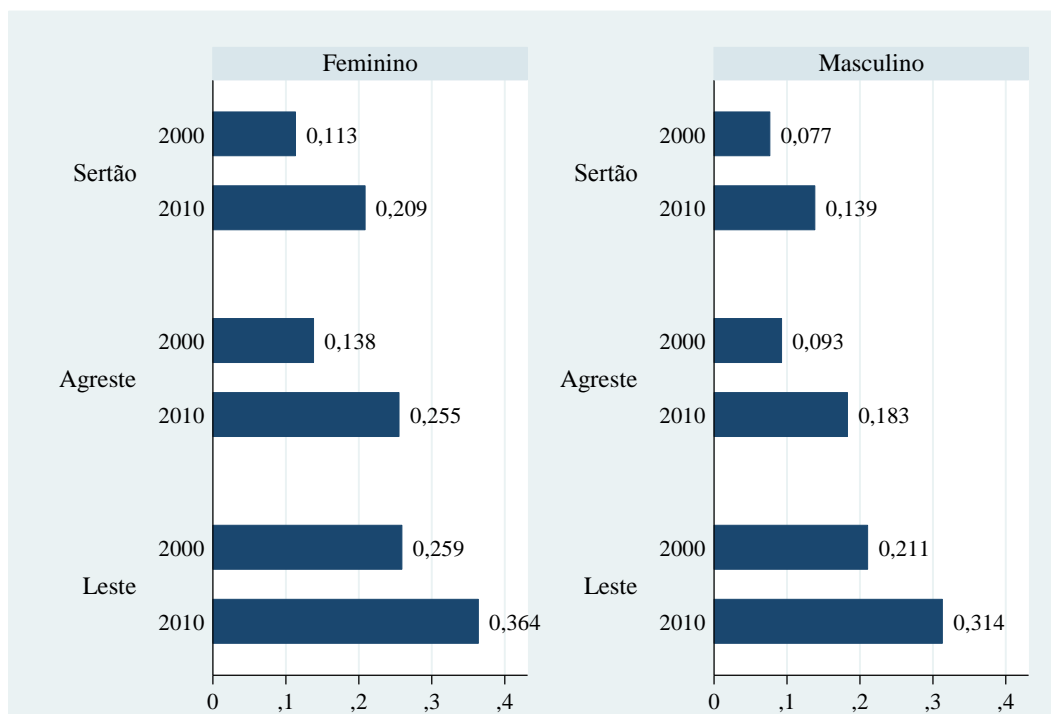
4.1.4.1 Gênero: feminino/masculino

O gráfico 13 apresenta a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que possuem o ensino médio completo, por sexo, nos anos 2000 e 2010, em Alagoas.

Neste gráfico pode-se perceber que houve um aumento significativo nesse indicador, tanto para o sexo masculino como para feminino. A região Agreste foi a que mais se destacou em aumento proporcional de indivíduos do sexo feminino, passando de 13,8% (2000) para 25,5% (2010). Já com relação ao sexo masculino, a região destaque foi a Leste, pois passou de 21,1% (2000) para 31,4% (2010).

A região do Sertão obteve a menor evolução deste indicador em ambos os sexos, no feminino teve um aumento de 9,6 pontos percentuais (p.p.) e no masculino de 6,2 p.p.

Gráfico 13 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



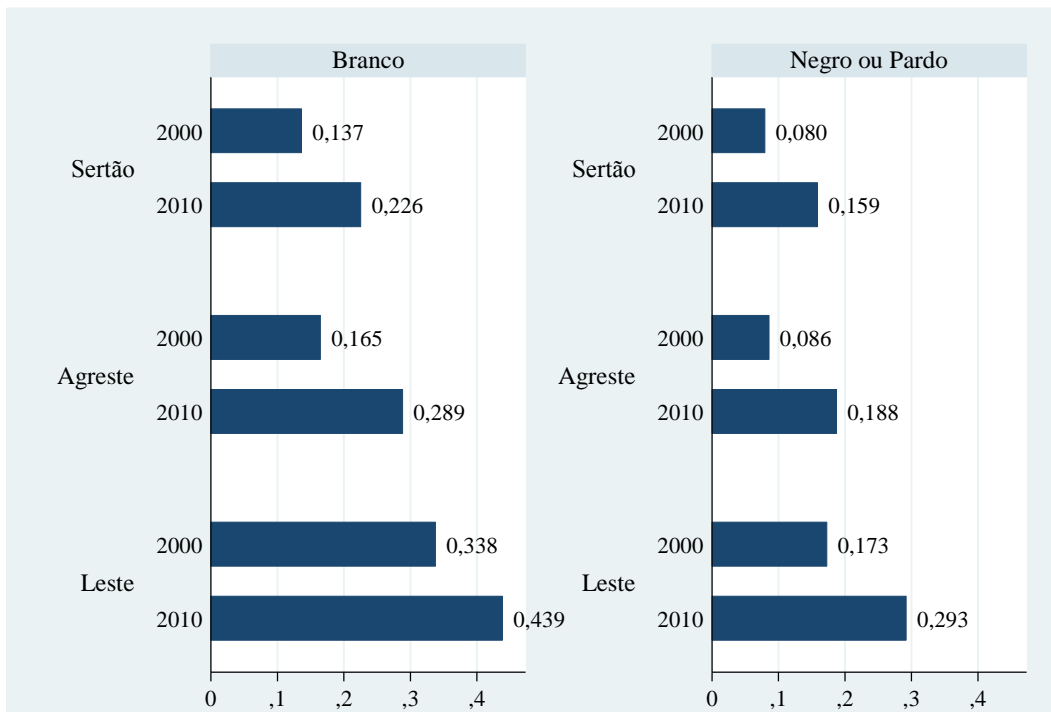
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.1.4.2 Cor/raça

O gráfico 14, exposto a seguir, apresenta a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo em Alagoas por cor/raça, nos anos 2000 e 2010.

O Sertão, nesta análise, foi a região que obteve o menor nível nesse indicador, e também a menor evolução tanto de brancos (8,96 p.p.) quanto de negros ou pardos (7,9 p.p.). Vale ressaltar também, que os indivíduos brancos correspondem à maior parte da população alagoana de 18 anos ou mais que possuem o Ensino Médio completo.

Gráfico 14 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo por cor/raça nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

4.1.4.3 Localidade

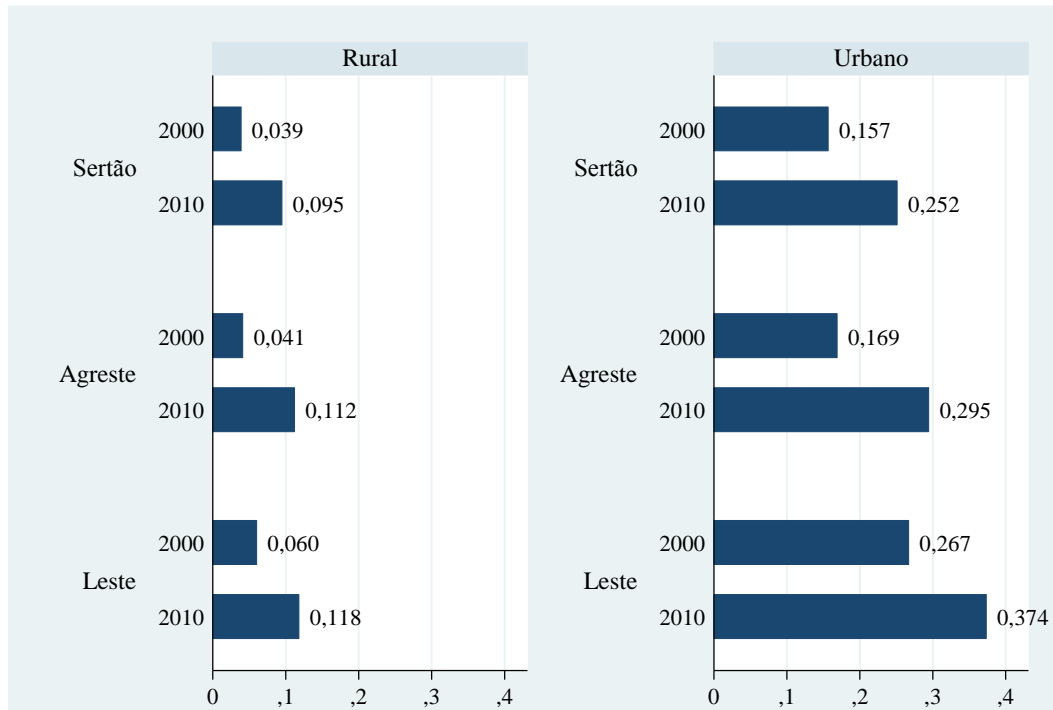
No gráfico 15 é analisada a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que residem na zona rural e na zona urbana das regiões alagoanas que tinham o Ensino Médio completo nos anos de 2000 e 2010.

Os dados apontam que a zona rural apresenta índices baixos em relação à zona urbana em todas as regiões, nos dois anos analisados. No que se refere à evolução do indicador nesta localidade, é possível notar que a região Agreste se destaca com o aumento de 7,1 p.p. de 2000 para 2010.

Na zona urbana, a região Agreste também obteve maior evolução, com 12,6 p.p. a mais de jovens com ensino médio completo. A região Leste, por sua vez, é a que possui os maiores percentuais do Estado de Alagoas nas duas localidades, tanto em 2000, com 6% (rural) e 26,7% (urbana), quanto em 2010, com 11,8% (rural) e 37,4% (urbana).

Em contrapartida, o Sertão é a região com menor proporção de jovens com ensino médio completo, sendo na zona rural 3,9% (2000) e 9,5% (2010) e na zona urbana 15,7% (2000) e 25,2% (2010).

Gráfico 15 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

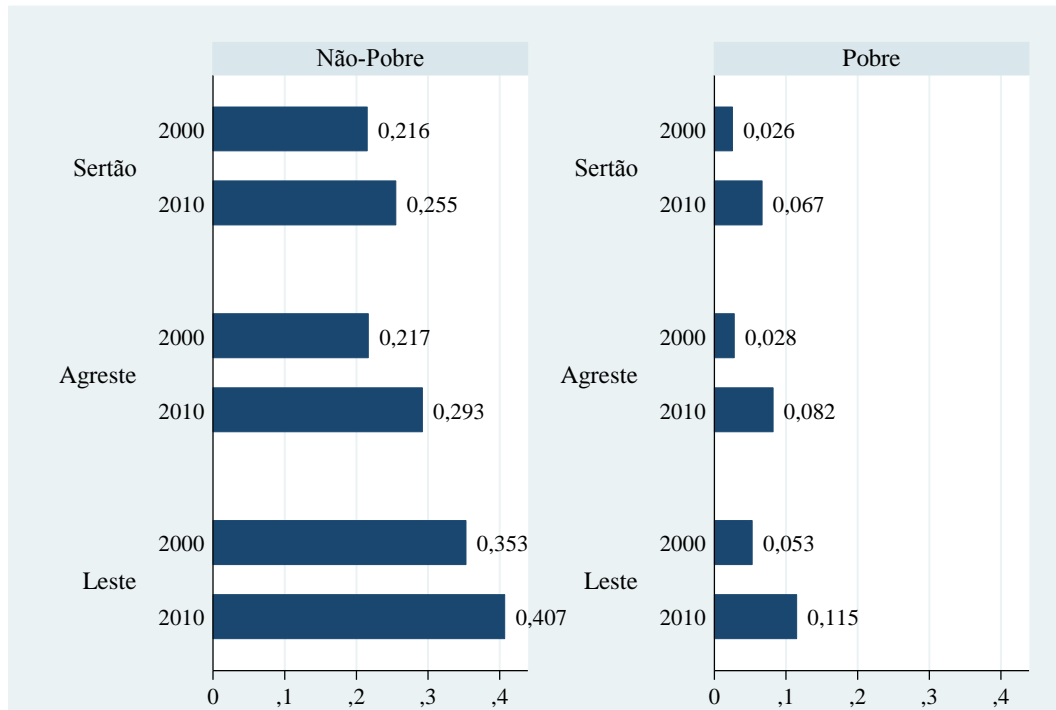
4.1.4.4 Pobre/não-pobre

O gráfico 16 mostra o percentual de indivíduos, pobres e não-pobres, de 18 anos ou mais que possuíam o nível médio completo no Estado de Alagoas em 2000 e 2010.

É possível observar que houve a evolução deste indicador em todas as regiões do estado de Alagoas, porém a maior parte de indivíduos desta faixa etária com o nível médio completo se encontram entre a população não-pobre. A região do Sertão é a que tem menores percentuais, em 2000 apenas 21,6% dos jovens não-pobres e 2,6% dos jovens pobres possuíam este nível instrução completo; e em 2010 houve apenas um acréscimo de 4,1 p.p. para os pobres e 3,9 p.p. de não-pobres.

O Leste é a região que detém maior quantidade de indivíduos com este nível de formação, em 2000 eram 35,3% de não-pobres e 5,3% de pobres e em 2010, eram 40,7% de não-pobres e 11,5% de pobres.

Gráfico 16 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo por situação financeira nas diferentes regiões do Estado de Alagoas; 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

4.1.5 Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos

A proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos é o indicador utilizado para medir o percentual de pessoas nesta faixa etária que não são alfabetizados em determinada localidade. O objetivo desse indicador neste trabalho é apresentar a porcentagem da população alagoana que não sabe ler e nem escrever, fazendo comparação entre as regiões nos anos 2000 e 2010.

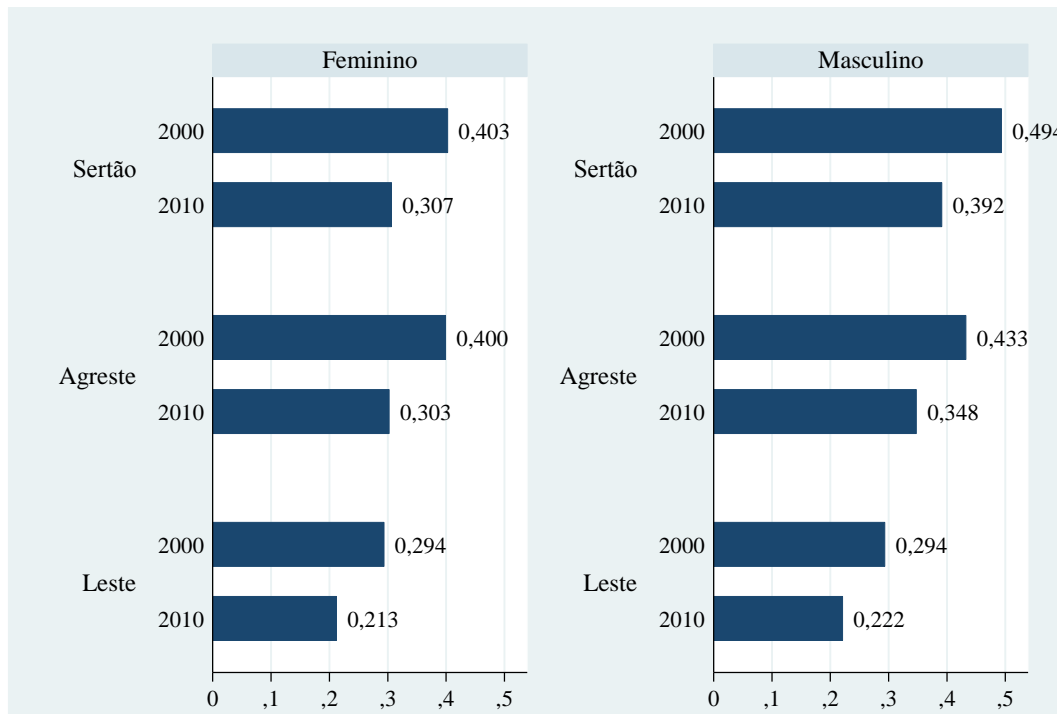
4.1.5.1 Gênero: feminino/masculino

O gráfico 17 apresenta a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais que são analfabetos em Alagoas por sexo, nos anos de 2000 e 2010.

É possível observar que houve uma redução do percentual de analfabetos em todas as mesorregiões do estado de Alagoas. A região Leste é a que possui o menor índice de analfabetismo comparado às demais regiões, em 2000 eram 29,4% de analfabetos tanto do sexo feminino quanto do masculino, já em 2010 este percentual reduziu para 21,3% do sexo feminino e 22,2% do masculino.

O Agreste e o Sertão obtiveram uma redução proporcional em 2000 e 2010. A região do Sertão apresentou a maior redução nessa taxa, para homens de 49,4% em 2000 caiu para 39,2% em 2010. Apesar dessa melhoria, o Sertão ainda é a região onde se encontram a maior parte dos analfabetos de ambos os sexos.

Gráfico 17 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por sexo, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas; 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

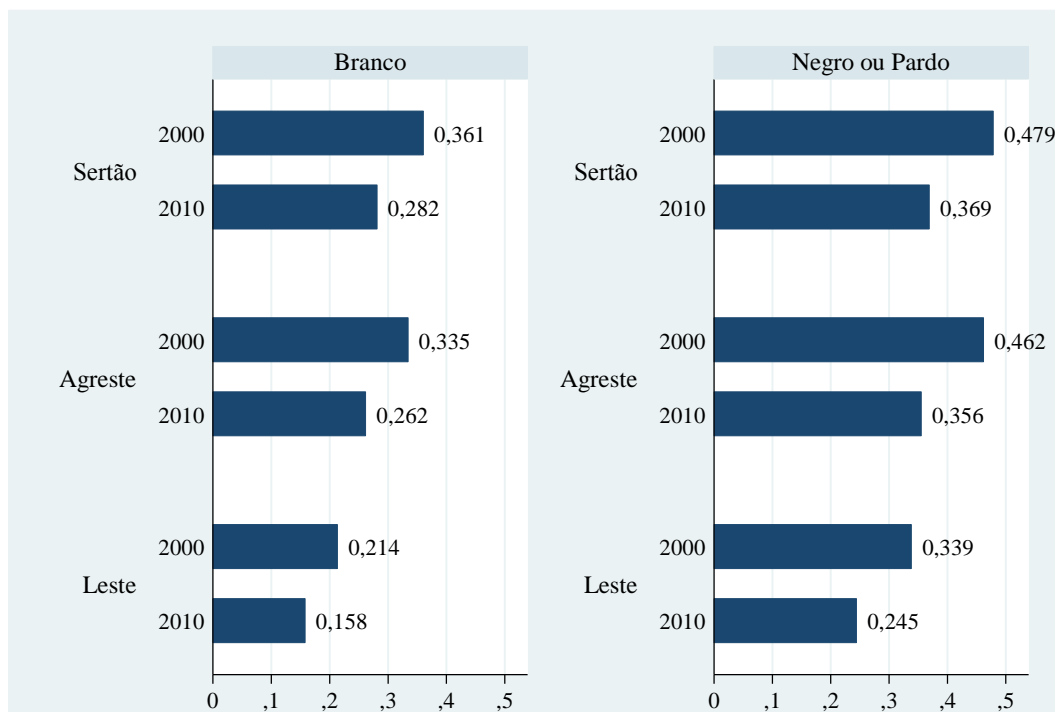
4.1.5.2 Cor/raça

No gráfico 18 é apresentada a proporção de indivíduos brancos e negros ou pardos que são analfabetos em Alagoas, nos anos de 2000 e 2010.

Os dados mostram que houve uma redução na proporção da população analfabeta de ambas as cores/raças em todas as regiões. A região Leste é a que possui menor taxa de analfabetismo, em 2000 eram 21,4% brancos e 33,9% negros ou pardos e em 2010 caiu para 15,8% brancos e 24,5% negros ou pardos.

O Sertão, nesta modalidade, é a região onde se concentra o maior percentual de indivíduos não alfabetizados, em 2000 era um total de 36,1% brancos e 47,9% negros ou pardos e em 2010 reduziu para 28,2% brancos e 36,9% negros ou pardos. Porém, comparando às demais regiões, o Sertão atingiu o maior percentual de redução, 7,9% dos brancos e 11% de negros ou pardos.

Gráfico 18 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por cor/raça, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

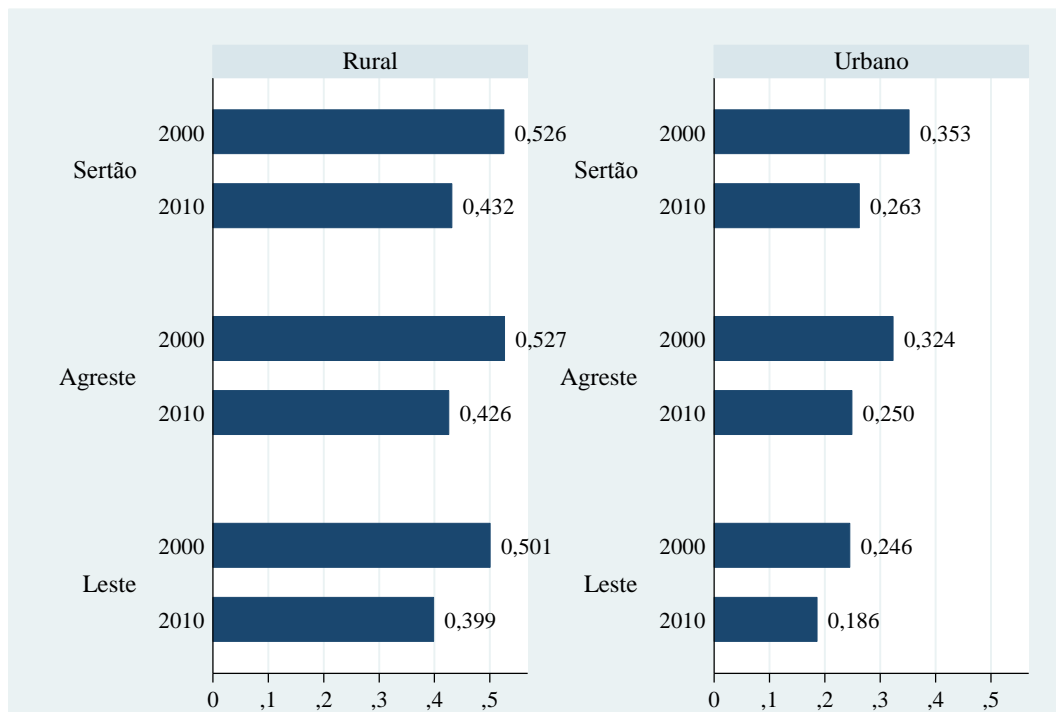
4.1.5.3 Localidade

O gráfico de 19 mostra a proporção de indivíduos de 18 anos ou mais da zona rural e da zona urbana de Alagoas que são analfabetos, em 2000 e 2010.

Este gráfico retrata que, proporcionalmente, a maior parte da população analfabeta do estado de Alagoas se encontra na zona rural de suas regiões. A região do Sertão, é a que tem a maior taxa de analfabetos nas duas localidades, com exceção da zona rural, no ano 2000, que eram 52,6% ficando atrás apenas do Agreste que tinha 52,7% de analfabetos.

Por outro lado, a região Leste é a que possui os menores percentuais de pessoas sem formação, na zona rural no ano 2000 eram 50,1% e em 2010, 39,9% e na zona urbana em 2000 eram 24,6% e em 2010, 18,6%. Em contrapartida, nesta última localidade, o Leste obteve menor evolução do indicador, com uma redução de apenas 6% da população analfabeta.

Gráfico 19 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por localidade, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

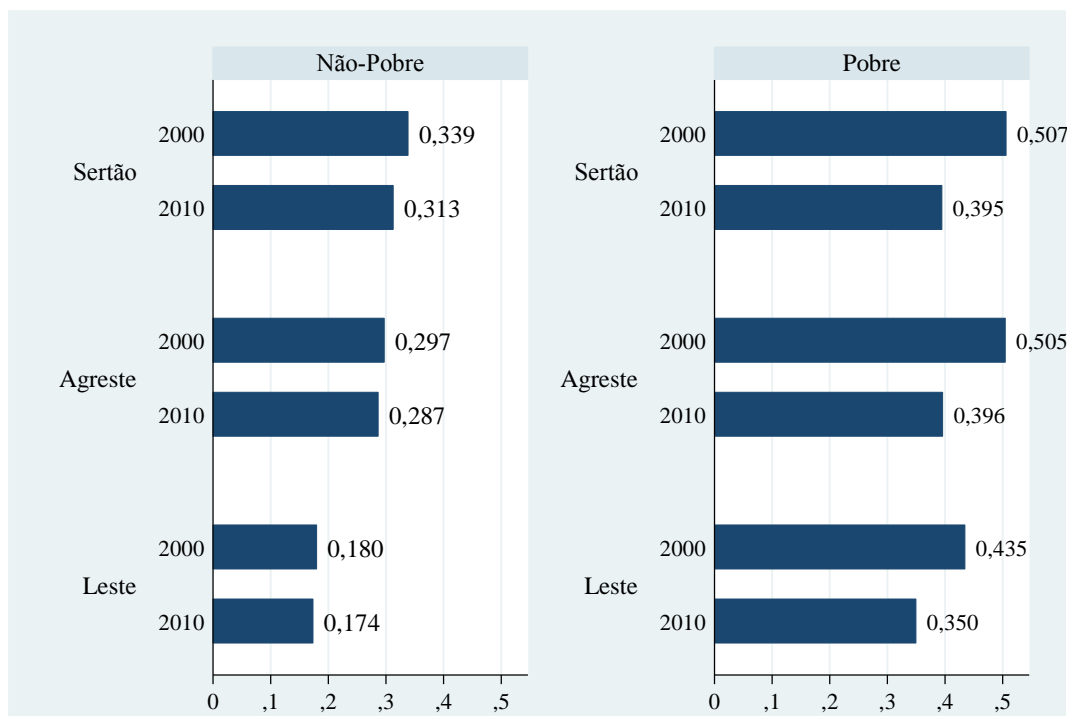
4.1.5.4 Pobre/não-pobre

O gráfico 20 mostra a proporção de indivíduos alagoanos pobres e não-pobres de 18 anos ou mais que eram analfabetos nos anos 2000 e 2010.

A princípio, é possível observar que a população pobre de Alagoas é caracterizada, em sua maioria, por um elevado percentual de analfabetismo, sendo o Sertão a região de maior concentração, em 2000 eram 50,7% da população e em 2010 teve uma redução de 11,2 p.p. desse total.

O percentual dos pobres analfabetos da região Agreste equipara-se ao Sertão, com uma diferença de apenas 0,2 p.p. em 2000 e 0,1 p.p. em 2010. O Leste, por sua vez, é a região que possui o menor percentual tanto entre os pobres quanto dos não-pobres, sendo o primeiro com 43,5% em 2000 e 35% em 2010, e o segundo com 18% em 2000 e 17,4% em 2010.

Gráfico 20 – Proporção de indivíduos de 18 anos ou mais analfabetos, por situação financeira, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas, 2000-2010.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou a evolução de alguns indicadores educacionais do Sertão de Alagoas por grupos étnicos e socioeconômicos nos anos 2000 e 2010, fazendo uma comparação com as regiões Agreste e Leste. No primeiro momento, foi realizada uma revisão da literatura a respeito da evolução dos indicadores educacionais no Brasil e do efeito da educação sobre a renda e a saúde, buscando indicar a importância da educação.

A educação no Brasil vem passando por constante evolução nas últimas décadas e, apesar de ainda ter muitas desigualdades e baixa escolaridade, a população têm, atualmente, maior acesso a todos os níveis e modalidades educacionais. A educação é um processo de socialização dos indivíduos e não pode ser apontada apenas como um fator isolado, pois para que sejam atingidos os seus objetivos são necessários outros elementos sociais.

A revisão de literatura mostrou que renda, saúde e educação dependem um do outro para existirem de maneira eficaz. O nível de instrução e de conhecimento definem a renda da população de uma nação e é uma das formas de se obter melhor posição social, por outro lado, indivíduos com melhores rendimentos têm acesso às melhores escolas, e conseqüentemente, melhor educação. Da mesma forma, é preciso se ter uma boa saúde física e mental para se desenvolver na escola, conseguir aprender mais para ser um bom profissional no futuro, ao passo que é na escola que precisam ser ensinados as práticas de como se ter uma vida saudável e obter desta forma qualidade de vida.

Os resultados da análise dos indicadores educacionais em Alagoas na última década mostram avanços significativos na região do Sertão alagoano. Pode ser observado que existe uma maior paridade de gênero, cor/raça, localidade e posição social no que se refere ao acesso de crianças de 6 a 7 anos à escola.

É possível constatar que a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que possuem o Ensino Fundamental completo no Sertão de Alagoas são caracterizados em grande proporção pelo sexo feminino, pelos indivíduos de cor/raça branca, não-pobres e pelos que se localizam na zona urbana. Porém, em geral, houve avanços significativos para todos os grupos.

Apesar dos jovens de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo no Sertão, serem também caracterizados em maior relevância pelos indivíduos do sexo feminino, de cor branca, que se localizam na zona urbana e são não-pobres, ocorreu aumento em maior proporção entre os indivíduos de cor/raça negra ou parda, da zona rural e pobres.

No que se refere aos indivíduos de 18 anos ou mais com o Ensino Médio completo, observa-se também que as jovens do sexo feminino, cor branca, que se localizam na zona urbana e não-pobres possuem melhores indicadores. É possível observar também que, apesar de ter ocorrido uma evolução deste indicador, os níveis educacionais são baixos, principalmente para os grupos desfavorecidos.

Em se tratando da taxa de analfabetismo entre a população de 18 anos ou mais na região sertaneja do estado de Alagoas, nota-se que apesar da visível redução, o mesmo é predominante entre os indivíduos do sexo masculino, de cor/raça negra ou parda, que se localizam na zona rural e são pobres. O maior percentual de analfabetos está concentrado entre os indivíduos que se localizam na zona rural.

Em suma, pode-se perceber que os indicadores educacionais do Sertão de Alagoas tiveram uma evolução bastante significativa no período apresentado. A região se destacou em alguns percentuais, mostrando desta forma que a população está tendo mais acesso à escola, principalmente com a redução da taxa de analfabetismo. Em contrapartida, o Sertão é a região onde se encontra a maior parte da população alagoana que não é alfabetizada e que não possui níveis de ensino completos. Necessitando, portanto, de uma atenção especial ou um cuidado redobrado por parte do governo local e do Estado.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, F. de H.; PESSÔA, S. de A. Educação e Crescimento: O que a evidência empírica e teórica mostra? **EconomiA**, Brasília(DF), v.11, n.2, p.265–303, mai/ago 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n2p265_303.pdf> Acesso em: 21 dez. 2016.
- CARVALHO, Márcia. **Educação Inclusiva no PAR – Plano de Ações Articuladas**. Disponível em: <diversa.org.br/ler/26/05/2015> Acesso em 24 jan. 2017.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução de Desigualdade na educação brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87313700003/>>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- DINIZ, Airton Solla. **Saúde e educação: Uma Relação Possível**. Porto Alegre, 2012, p. 32. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67631>>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- HELENE, Otaviano. **Concentração de Renda no Brasil: Educação e Desigualdade**. Disponível em: < <http://diplomatie.org.br/concentracao-de-renda-no-brasil-educacao-e-desigualdade/ler/20/02/2015>>. Acesso em 20 jan. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- MACHADO, Danielle Carusi. Efeitos da saúde na idade de entrada à escola. **Pesquisa e planejamento econômico**, ppe, v. 38, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1067/1023>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Banco Mundial analisa a evolução e os desafios da educação brasileira**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/16156-banco-mundial-analisa-a-evolucao-e-os-desafios-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- NERI, Marcelo. “Para cada ano de estudo, renda aumenta 15%, mostra a FGV.” VIZIA. Bruno de.. **Gazeta Mercantil Online** – São Paulo, 2008. Disponível em: < www.cps.fgv.br/ibrecps/iv/midia/kc1654.pdf /ler/10/10/2008>. Acesso em: 22 dez. 2016.

PONS, Thais. **Efeitos da qualidade da educação sobre o diferencial de renda dos jovens no Brasil**. São Paulo, 2007. Disponível em:

<bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1820> Acesso em: 21 dez. 2016.

RANGEL, Mary. Educação e saúde: uma relação humana, política e didática. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 59-64, jan./abr. 2009. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/faced/article/view/5136/3773>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

RITTO, Cecília. **Educação foi o que mais contribuiu para aumento de renda dos brasileiros na última década**. Disponível em: <

<http://veja.abril.com.br/brasil/educacao-foi-o-fator-que-mais-contribuiu-para-aumento-de-renda-dos-brasileiros-na-ultima-decada/ler/03/05/2011>>. Acesso em 25 jan. 2017.

SABBATINI, Renato M. E. **Renda e Educação no Brasil**. Instituto Edumed, 2007.

Disponível em: <www.sabbatini.com>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Est. econ.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, outubro-dezembro 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n4/v40n4a01.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

SANTOS, Maria Ladjane Galdino dos. **A responsabilidade da escola na saúde dos alunos**. Disponível em:

<http://www.posgraduacaoredentor.com.br/hidden/path_img/conteudo_542475a7ec3e9.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SCHWARTZMAN, S.; DURHAM, E. R.; GOLDEMBERG, J. **A educação no Brasil em uma perspectiva de transformação**. Disponível em: <

<http://www.schwartzman.org.br/simon/transform.htm/ler/06/1993>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

TEMPORÃO, José Gomes. **Artigo analisa relação entre educação e saúde**.

Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/30872/ler/05/09/2012>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VARELA, Isabela Dalle. **Educação e Dignidade Humana**: uma análise da realidade de crianças e adolescentes brasileiras. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VELOSO, Fernando. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. **Brasil: A nova agenda social**. Disponível em:

<<http://www.schwartzman.org.br/simon/agenda8.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

ZIMMER, Roberto. **As relações entre educação, geração de renda e ocupações no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35441/000789318.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

